

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 15/XIV/ 2.^a SL

Aos 2 dias do mês de dezembro de 2020, pelas 15 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

[formato presencial e por videoconferência]

15:00 Horas

1. Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;
2. Distribuição de iniciativas europeias;
3. Anúncio dos projetos de voto que baixaram à Comissão;
4. Apreciação e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:
 - Projeto de Lei n.º 516/XIV/2.^a (PSD) - Transfere a sede do Tribunal Constitucional, do Supremo Tribunal Administrativo e da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos para a cidade de Coimbra, procedendo à décima alteração à Lei n.º 28/82, de 15 de novembro (Lei da organização, funcionamento e processo do Tribunal Constitucional), à décima terceira alteração ao Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, aprovado pela Lei n.º 13/2002, de 19 de fevereiro, e à terceira alteração à Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro (Lei de organização e funcionamento da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos - Relator: Deputado José Magalhães (PS))
 - Projeto de Lei n.º 527/XIV/2.^a (CH) - Alteração ao Código Penal, agravando a pena prevista para quem infligir maus tratos a animais de companhia - Relatora: Deputada Inês de Sousa Real (PAN)
 - Projeto de Lei n.º 531/XIV/2.^a (CH) - Pela proteção do bem-estar animal em contexto de abate religioso - Relator: Deputado Pedro Delgado Alves (PS)
 - Projeto de Lei n.º 546/XIV/2.^a (Ninsc Cristina Rodrigues) - Promove o reforço dos direitos dos estrangeiros e apátridas detidos em centros de instalação temporária - Relatora: Deputada Romualda Fernandes (PS)
 - Projeto de Lei n.º 553/XIV/2.^a (PSD) - Introduce mecanismos de controlo da distribuição eletrónica dos processos judiciais, procedendo à décima alteração ao Código de Processo Civil, aprovado pela Lei n.º 41/2013, de 26 de junho - Relator: Deputado José Magalhães (PS)
 - Projeto de Lei n.º 564/XIV/2.^a (CH) - Agravamento das molduras penais mínimas e máximas previstas, face aos crimes de corrupção passiva e ativa - Relatora: Deputada Cláudia Santos (PS);
 - Projeto de Lei n.º 566/XIV/2.^a (PCP) - Regula a prestação de trabalho suplementar na Polícia de Segurança Pública (2.^a alteração ao Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro) - Relatora: Deputada Lina Lopes (PSD)
5. Discussão e votação, na especialidade, das seguintes iniciativas legislativas:
 - A) Proposta de Lei n.º 35/XIV/1.^a (ALRAM) - Em defesa do direito de audição dos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas - Primeira alteração à Lei n.º 40/96, de 31 de agosto;
 - Proposta de Lei n.º 36 /XIV/1.^a (ALRAM) - Comissões de inquérito das Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas - Primeira alteração à Lei n.º 48/2014, de 28 de julho;
 - B) Projeto de Lei n.º 196/XIV/1.^a (BE) - Altera a composição do Conselho Nacional de

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 15/XIV/ 2.^a SL

Bombeiros, possibilitando a representação da Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários (3.^a alteração ao Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio);
Projeto de Lei n.º 203/XIV/1.^a (PAN) - Altera a composição do Conselho Nacional de Bombeiros, regulada pelo Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de Maio;

6. **Apreciação e votação dos seguintes requerimentos:**
 - Requerimento apresentado pela Deputada não inscrita JKM, para audição urgente do Ministro da Administração Interna e da Diretora Nacional do Serviços de Estrangeiros e Fronteiras sobre recentes informações em torno homicídio do cidadão ucraniano Ihor Homeniuk, ocorrido no Centro de Instalação Temporária do Aeroporto de Lisboa no dia 12 de março de 2020;
 - Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para audição urgente do Ministro da Administração Interna sobre alegadas contradições nas declarações por parte do Governo relativas à morte do cidadão ucraniano Ihor Homeniuk, ocorrida no dia 12 de março de 2020;
 - Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, para audição da Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Dados para prestar esclarecimentos sobre diversas práticas, a pretexto da excecionalidade do quadro de combate à pandemia de Covid-19, suscetíveis de configurarem violações graves dos direitos de reserva dos dados pessoais;
 - Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, para audição urgente da Ministra da Justiça sobre a presente situação da pandemia no sistema penitenciário português e, bem assim, sobre as estratégias postas em prática para lhe fazer face;
 - Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, para audição da Ministra da Justiça sobre a gestão das infeções de COVID-19 em meio prisional, incluindo a questão do uso de máscaras por parte dos reclusos;
 - Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, para audição da Procuradora-Geral da República a propósito da recente diretiva sobre os poderes hierárquicos dentro desta magistratura;
 - Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS para audição urgente do Mecanismo Nacional de Prevenção da Tortura, através da Senhora Provedora de Justiça, acerca de testemunhos de possíveis condutas atentatórias dos direitos humanos ocorridas no Centro de Instalação Temporária do Aeroporto de Lisboa;
7. **Discussão do Projeto de Resolução n.º 669/XIV/2.^a (CDS-PP) - Revisão do Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de agosto;**
8. **Admissão e distribuição das seguintes petições:**
 - Petição n.º 131/XIV/2.^a - Promoção da participação eleitoral, reforçando a utilização de mecanismos digitais;
 - Petição n.º 133/XIV/2.^a - Violação de princípios basilares do Estado de direito democrático;
 - Petição n.º 137/XIV/2.^a - Comemoração do 75.º aniversário da ONU - edificação de um monumento à fraternidade universal;
9. **Aprovação do Projeto de Voto de Saudação pelo Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, apresentado pelos membros da Subcomissão para a Igualdade e não Discriminação, a apresentar à Mesa da AR para discussão e votação, como sendo da iniciativa da 1.^a Comissão, nos termos do n.º 9 do artigo 75.º do RAR;**
10. **Apreciação e votação das atas n.ºs 6 a 14/XIV/2.^a (correspondentes às reuniões realizadas entre 6 de outubro e 11 de novembro de 2020);**
11. **Outros assuntos.**

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 15/XIV/ 2.ª SL

Aberta a [reunião](#) pelo Senhor Presidente, Deputado Luís Marques Guedes, foram distribuídas e comunicadas as seguintes iniciativas legislativas:

PROJETOS DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	ADMISSÃO PUBLICAÇÃO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDADE	DISTRIBUIÇÃO COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA
PJL 582/XIV/2.ª	Alteração ao artigo 2.º, n.º 2, alínea e) da Lei nº44/86, de 30 de setembro	26-11-2020	26-11-2020	2020-12-02	Relator: Deputado Pedro Delgado Alves (PS) Consultas a promover: OA, CSM e CSMP 02-12-2020

PROJETOS DE RESOLUÇÃO

N.º AUTOR	ASSUNTO	ADMISSÃO PUBLICAÇÃO	BAIXA COMISSÃO	ANÚNCIO COMISSÃO	DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO
PJR 734/XIV/1.ª (PAN)	Recomenda ao Governo que disponibilize as instalações necessárias para que a Entidade para a Transparência possa começar a funcionar Obs: Conexão com a 1.ª Comissão Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados - Comissão competente	21-10-2020	21-10-2020	02-12-2020	Proponente indicou que se encontra prejudicada a iniciativa pelo OE 2021 (Aguarda-se indicação da proponente sobre quando retira a iniciativa)
PJR 735/XIV/1.ª (Ninsc Cristina Rodrigues)	Recomenda ao Governo que dialogue com a CPAS, Ordem dos Advogados e Ordem dos Solicitadores e dos Agente de Execução no âmbito da fixação do factor de correção do indexante contributivo para 2021	21-10-2020		02-12-2020	Aguarda-se a indicação da proponente
PJR 741/XIV/2.ª (PAN)	Recomenda ao Governo que crie condições adequadas para a entrada de casais binacionais em Portugal	23-10-2020	23-10-2020	02-12-2020	Solicitada a apreciação em Comissão – o agendamento da discussão em comissão

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 15/XIV/ 2.ª SL

					aguarda entrada e baixa à Comissão do PJR similar do BE
PJR 762/XIV/2.ª (CH)	Pela atualização dos cadernos eleitorais		19-11-2020	02-12-2020	Requerida pelo proponente a discussão em plenário

Em seguida, procedeu-se à distribuição das seguintes iniciativas europeias:

<u>11-11-2020</u>	COM(2020)614 Proposta alterada de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à criação do sistema «Eurodac» de comparação de dados biométricos para efeitos da aplicação efetiva do Regulamento (UE) XXX/XXX [Regulamento Gestão do Asilo e da Migração] e do Regulamento (UE) XXX/XXX [Regulamento Reinstalação], da identificação de nacionais de países terceiros ou apátridas em situação irregular, e de pedidos de comparação com os dados Eurodac apresentados pelas autoridades responsáveis dos Estados-Membros e pela Europol para fins de aplicação da lei e que altera os Regulamentos (UE) 2018/1240 e (UE) 2019/818	Deputada Beatriz Gomes Dias (BE) 02-12-2020	02-12-2020	<i>Prazo fixado pela CAE para envio do relatório:</i> <u>16.12.2020</u>
<u>11-11-2020</u>	COM(2020)612 Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que introduz uma triagem dos nacionais de países terceiros nas fronteiras externas e que altera os Regulamentos (CE) n.º 767/2008, (UE) 2017/2226, (UE) 2018/1240 e (UE) 2019/817	Deputada Beatriz Gomes Dias (BE) 02-12-2020	02-12-2020	<i>Prazo fixado pela CAE para envio do relatório:</i> <u>16.12.2020</u>
<u>11-11-2020</u>	COM(2020)610 Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à gestão do asilo e da migração e que altera a Diretiva 2003/109/CE do Conselho e a proposta de Regulamento (UE) XXX/XXX [Fundo para o Asilo e a Migração]	Deputada Beatriz Gomes Dias (BE) 02-12-2020	02-12-2020	<i>Prazo fixado pela CAE para envio do relatório:</i> <u>16.12.2020</u>

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 15/XIV/ 2.ª SL

<u>11-11-2020</u>	COM(2020)611 Proposta alterada de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que institui um procedimento comum de proteção internacional na União e que revoga a Diretiva 2013/32/UE	Deputada Beatriz Gomes Dias (BE) 02-12-2020	02-12-2020	<i>Prazo fixado pela CAE para envio do relatório:</i> <u>16.12.2020</u>
<u>11-11-2020</u>	COM(2020)613 Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à resposta a situações de crise e de força maior no domínio da migração e do asilo	Deputada Beatriz Gomes Dias (BE) 02-12-2020	02-12-2020	<i>Prazo fixado pela CAE para envio do relatório:</i> <u>16.12.2020</u>
<u>07/10/2020</u>	COM(2020)621 Proposta de RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO relativa à igualdade, à inclusão e à participação dos ciganos	Deliberado não escrutinar esta iniciativa	02-12-2020	N/A
<u>11-11-2020</u>	COM(2020)690 Programa de Trabalho da Comissão 2021 Uma União vital num mundo fragilizado Escrutínio - todas as Comissões e ALRAs	Relator (a) a indicar pelo PSD logo que possível	02-12-2020	<i>Prazo fixado pela CAE para envio do relatório:</i> <u>22.01.2011</u>

Foi ainda anunciada a baixa à Comissão dos seguintes projetos de voto:

Votos de Saudação			
358/XIV/2.ª (PS)	Saudação ao Dia Europeu de Combate ao Tráfico de Seres Humanos, dia 18 de outubro	27-10-2020	
404/XIV/2.ª (BE)	Dia Internacional dos Direitos da Criança	20-11-2020	

Votos de Pesar			
365/XIV/2.ª (PSD)	Projeto de Voto de pesar pelo homicídio do professor Samuel Paty	29-10-2020	
367/XIV/2.ª (CDS-PP)	Projeto de Voto de pesar pelo homicídio de Samuel Paty	29-10-2020	
369/XIV/2.ª (PEV)	Projeto de Voto de pesar pelo assassinato Samuel Paty	29-10-2020	
371/XIV/2.ª (BE)	Projeto de Voto de pesar pelo assassinato Samuel Paty	29-10-2020	

No quarto ponto da ordem de trabalhos, passou-se à apreciação dos seguintes pareceres:

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 15/XIV/ 2.^a SL

- [Projeto de Lei n.º 516/XIV/2.^a \(PSD\)](#) - Transfere a sede do Tribunal Constitucional, do Supremo Tribunal Administrativo e da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos para a cidade de Coimbra, procedendo à décima alteração à Lei n.º 28/82, de 15 de novembro (Lei da organização, funcionamento e processo do Tribunal Constitucional), à décima terceira alteração ao Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, aprovado pela Lei n.º 13/2002, de 19 de fevereiro, e à terceira alteração à Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro (Lei de organização e funcionamento da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos, que foi apresentado pelo respetivo Relator, Senhor Deputado José Magalhães (PS), após o que foi submetido a votação, tendo as respetivas partes I e III sido aprovadas por unanimidade, na ausência do CDS-PP;
- [Projeto de Lei n.º 527/XIV/2.^a \(CH\)](#) - Alteração ao Código Penal, agravando a pena prevista para quem infligir maus tratos a animais de companhia, cujo projeto de parecer, elaborado pela respetiva Relatora, Senhora Deputada Inês de Sousa Real (PAN), não foi apresentado, por o respetivo proponente, Deputado André Ventura (CH), ter anunciado que iria retirar a iniciativa, por ter entretanto entrado em vigor uma alteração do Código Penal que alterava o pressuposto da iniciativa;
- [Projeto de Lei n.º 531/XIV/2.^a \(CH\)](#) - Pela proteção do bem-estar animal em contexto de abate religioso, a emitir em conexão com a Comissão de Agricultura e Mar, competente em razão da matéria, que foi apresentado pelo respetivo Relator, Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS), após o que foi submetido a votação, tendo as partes I e III sido aprovadas com os votos contra do DURP do CH e os votos favoráveis dos restantes (excetuando-se o ponto 5 das conclusões, que mereceu o voto contra do PSD), na ausência do PAN;
- [Projeto de Lei n.º 546/XIV/2.^a](#) (Ninsc Cristina Rodrigues) - Promove o reforço dos direitos dos estrangeiros e apátridas detidos em centros de instalação temporária, que foi apresentado pela respetiva Relatora, Senhora Deputada Romualda Fernandes (PS), após o que foi submetido a votação, tendo as respetivas partes I e III sido aprovadas com os votos favoráveis do PS, do PSD, do PCP e do BE, a abstenção do DURP do CH, na ausência do PAN;
- [Projeto de Lei n.º 553/XIV/2.^a \(PSD\)](#) - Introduce mecanismos de controlo da distribuição eletrónica dos processos judiciais, procedendo à décima alteração ao

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 15/XIV/ 2.ª SL

Código de Processo Civil, aprovado pela Lei n.º 41/2013, de 26 de junho, que foi apresentado pelo respetivo Relator, Senhor Deputado José Magalhães (PS), após o que foi submetido a votação, tendo as partes I e III sido aprovadas por unanimidade, na ausência do PAN e do CDS-PP;

- [Projeto de Lei n.º 564/XIV/2.ª \(CH\)](#) - Agravamento das molduras penais mínimas e máximas previstas, face aos crimes de corrupção passiva e ativa, que foi apresentado pela respetiva Relatora, Senhora Deputada Cláudia Santos (PS), após o que foi submetido a votação, tendo as partes I e III sido aprovadas com os votos favoráveis do PS, PSD, BE e PCP e a abstenção do DURP do CH, na ausência do PAN e do do CDS-PP;
- [Projeto de Lei n.º 566/XIV/2.ª \(PCP\)](#) - Regula a prestação de trabalho suplementar na Polícia de Segurança Pública (2.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro), que foi apresentado pela respetiva Relatora, Senhora Deputada Lina Lopes (PSD), após o que foi submetido a votação, tendo as partes I e III sido aprovadas sido aprovadas por unanimidade, na ausência do PAN.

No quinto ponto da ordem do dia, mas em momento anterior da reunião, a solicitação do Grupo Parlamentar do PS, procedeu-se à discussão e votação, na especialidade, do [Projeto de Lei n.º 196/XIV/1.ª \(BE\)](#) - Altera a composição do Conselho Nacional de Bombeiros, possibilitando a representação da Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários (3.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio) e do [Projeto de Lei n.º 203/XIV/1.ª \(PAN\)](#) - Altera a composição do Conselho Nacional de Bombeiros, regulada pelo Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de Maio.

O Projeto de Lei n.º 196/XIV/1.ª (BE) baixara à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias para discussão e votação na generalidade a 13 de fevereiro de 2020.

Sobre esta iniciativa foram solicitados pareceres à ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias, à [Associação Nacional de Bombeiros Profissionais](#) e à [Associação Nacional dos Municípios Portugueses](#), a 19 de fevereiro 2020, e à [Liga dos Bombeiros](#)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 15/XIV/ 2.ª SL

[Portugueses](#), a 05 de março de 2020, tendo sido ainda recebido, a 17 de fevereiro de 2020, o contributo da [Associação Portuguesa de Bombeiros Voluntários](#).

O Projeto de Lei n.º 203/XIV/1.ª (PAN) baixara à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias para discussão e votação na generalidade a 18 de fevereiro de 2020.

Sobre esta iniciativa foram solicitados pareceres à ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias, à [Associação Nacional de Bombeiros Profissionais](#) e à [Associação Nacional dos Municípios Portugueses](#), a 19 de fevereiro 2020, e à [Liga dos Bombeiros Portugueses](#), a 05 de março de 2020.

Na reunião plenária de 23 de março de 2020, para a qual se encontrava agendada a discussão e votação na generalidade dos projetos de lei em apreço, o [Grupo Parlamentar do BE](#) e o [Grupo Parlamentar do PAN](#) requereram a baixa das iniciativas à Comissão competente, sem votação na generalidade, pelo período de 60 dias, tendo ambos os requerimentos sido aprovados por unanimidade com os votos a favor do PS, do PSD, do BE, do PCP, do CDS-PP, do PAN, do PEV, do DURP do CH, do DURP do IL e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira.

Na reunião plenária de 3 de julho de 2020, para a qual se encontrava agendada a discussão e votação na generalidade dos projetos de lei em apreço, a pedido dos proponentes, o [Grupo Parlamentar do BE](#) e o [Grupo Parlamentar do PAN](#) requereram nova baixa das iniciativas à Comissão competente, sem votação na generalidade, pelo período de 15 dias, tendo ambos os requerimentos sido aprovados por unanimidade com os votos a favor do PS, do PSD, do BE, do PCP, do CDS-PP, do PAN, do PEV, do DURP do CH, do DURP do IL e da Deputada não inscrita Cristina Rodrigues, na ausência da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira.

A 6 de julho de 2020, foi solicitado, relativamente a ambas as iniciativas legislativas, parecer ao [Observatório Técnico Independente](#).

Na reunião plenária de 23 de outubro de 2020, os projetos de lei em apreço foram discutidos e votados conjuntamente na generalidade, a pedido dos proponentes, tendo

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 15/XIV/ 2.ª SL

sido aprovados com os votos a favor do PSD, do BE, do PCP, do PAN, do PEV, do IL, da Deputada não inscrita Cristina Rodrigues, da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira, as abstenções do PS e do CDS-PP, na ausência do DURP do CH.

Na mesma data, os projetos de lei baixaram a esta Comissão para discussão e votação na especialidade.

Na reunião da Comissão, na qual se encontravam presentes os Grupos Parlamentares do PS, do PSD, do BE, do PCP, do CDS-PP, do PAN, o Deputado único representante do CH e a Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira, procedeu-se à discussão na especialidade dos Projetos de Lei em epígrafe.

Na discussão que antecedeu a votação, intervieram, nos seguintes termos, as Senhoras e os Senhores Deputados:

- A Senhora Deputada Sandra Cunha (BE) apresentou o projeto de lei do seu Grupo Parlamentar, o qual visa incluir a Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários no Conselho Nacional de Bombeiros, salientando que se trata de uma colaboração que já se verifica e que importa efetivar no papel;

- A Senhora Deputada Inês Sousa Real (PAN) apresentou, por sua vez, a iniciativa legislativa do Grupo Parlamentar do PAN com o mesmo teor, apontando o objetivo de otimizar os contributos a dar pela Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários, como forma de melhorar a atuação do Conselho, destacando a expressão que a Associação assume a nível nacional e concluindo que se trata de formalizar um contributo muito útil e válido;

- A Senhora Deputada Eurídice Pereira (PS) manifestou o seu desacordo relativamente às opiniões expressas pela Liga dos Bombeiros Portugueses, dando nota, por outro lado, de que acompanha as observações do Observatório Técnico Independente quanto à necessidade de se definirem regras que garantam a igualdade de tratamento na participação de entidades no Conselho Nacional de Bombeiros;

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 15/XIV/ 2.ª SL

- O Senhor Deputado Duarte Marques (PSD) lembrou a discussão ocorrida em Plenário, salientando que esta é a única associação que representa única e exclusivamente bombeiros voluntários, cumprindo os requisitos que considera necessários para assegurar a representação que se pretende;

- O Senhor Deputado Telmo Correia (CDS-PP) deu nota de que manteria a posição de abstenção em função do parecer da Liga dos Bombeiros Portuguesa e de algumas reservas já manifestadas.

Da votação resultou o seguinte:

Proposta para o artigo 1.º, com a redação proposta oralmente pelo Senhor Presidente, nos seguintes termos: «A presente Lei procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 45/2019, de 1 de abril, que aprova a orgânica da Autoridade Nacional de Protecção Civil, alargando a composição do Conselho Nacional de Bombeiros à participação da Associação Portuguesa de Bombeiros Voluntários.» - **aprovada com os votos a favor do PS, PSD, BE, PCP, PAN, DURP do CH e Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira e a abstenção do CDS-PP;**

Artigo 2.º, no sentido de aditar a alínea i) ao n.º 3 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 45/2019, de 1 de abril, com o texto «o presidente da Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários», na redação idêntica dos dois Projetos de Lei - **aprovada com os votos a favor do PS, PSD, BE, PCP, PAN, DURP do CH e Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira e a abstenção do CDS-PP;**

Artigo 3.º, prevendo a entrada em vigor para o dia seguinte ao da sua publicação, na redação idêntica dos dois Projetos de Lei - **aprovada com os votos a favor do PS, PSD, BE, PCP, PAN, DURP do CH e Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira e a abstenção do CDS-PP.**

Foram efetuados os necessários aperfeiçoamentos de legística.

Procedeu-se, no mesmo ponto, à discussão e votação na especialidade da [PROPOSTA DE LEI N.º 35/XIV/1.ª \(ALRAM\)](#) - EM DEFESA DO DIREITO DE AUDIÇÃO DOS



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 15/XIV/ 2.ª SL

ÓRGÃOS DE GOVERNO PRÓPRIO DAS REGIÕES AUTÓNOMAS - PRIMEIRA ALTERAÇÃO À LEI N.º 40/96, DE 31 DE AGOSTO.

A Proposta de Lei, da iniciativa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, baixara à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias para discussão e votação na especialidade, em 23 de outubro de 2020, após discussão e aprovação na generalidade, na mesma data.

O Presidente da Assembleia da República promoveu, em 18 de junho de 2020, a audição do [Governo Regional dos Açores](#) e do [Governo Regional da Madeira](#), bem como das Assembleias Legislativas da Região Autónoma dos Açores e da [proponente](#), através da emissão de parecer, nos termos do artigo 142.º do Regimento da Assembleia da República e para os efeitos do n.º 2 do artigo 229.º da Constituição.

Agendada a discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei, a Comissão comunicou ao Senhor Presidente da Assembleia da República, nos termos do n.º 2 do artigo 170.º do RAR, o referido agendamento, para que a ALRAM pudesse exercer a sua faculdade regimental de participar na reunião.

Na reunião da Comissão, na qual se encontravam presentes os Grupos Parlamentares do PS, do PSD, do BE, do PCP, do CDS-PP e a Deputadas não inscrita Joacine Katar Moreira, na ausência do PAN e do DURP do CH, procedeu-se à discussão na especialidade da Proposta de Lei. Intervieram na discussão que antecedeu a votação as Senhoras Deputadas Sara Madruga da Costa (PSD), apresentando as soluções preconizadas, e Isabel Almeida Rodrigues (PS).

Da votação conjunta resultou a **aprovação por unanimidade da redação constante da Proposta de Lei**, tendo sido aperfeiçoados legisticamente, também por unanimidade, os artigos 1.º e 3.º preambulares, bem como o n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 40/96.

Teve ainda lugar a discussão e votação na especialidade da **PROPOSTA DE LEI N.º 36/XIV/1.ª (ALRAM) - [COMISSÕES DE INQUÉRITO DAS ASSEMBLEIAS](#)**



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 15/XIV/ 2.^a SL

[LEGISLATIVAS DAS REGIÕES AUTÓNOMAS - PRIMEIRA ALTERAÇÃO À LEI N.º 48/2014, DE 28 DE JULHO](#)

A Proposta de Lei, da iniciativa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias para discussão e votação na especialidade, em 23 de outubro de 2020, após discussão e aprovação na generalidade, na mesma data.

O Presidente da Assembleia da República promoveu, em 18 de junho de 2020, a audição do Governo Regional dos Açores e do [Governo Regional da Madeira](#), bem como das Assembleias Legislativas da Região Autónoma dos Açores e da [proponente](#), através da emissão de parecer, nos termos do artigo 142.º do Regimento da Assembleia da República e para os efeitos do n.º 2 do artigo 229.º da Constituição.

Agendada a discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei, a Comissão comunicou ao Senhor Presidente da Assembleia da República, nos termos do n.º 2 do artigo 170.º do RAR, o referido agendamento, para que a ALRAM pudesse exercer a sua faculdade regimental de participar na reunião.

Na reunião da Comissão, na qual se encontravam presentes os Grupos Parlamentares do PS, do PSD, do BE, do PCP, do CDS-PP e a Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira, na ausência do PAN e do DURP do CH, procedeu-se à discussão na especialidade da Proposta de Lei. Intervieram na discussão que antecedeu a votação as Senhoras Deputadas Sara Madruga da Costa (PSD), apresentando as soluções preconizadas, e Isabel Almeida Rodrigues (PS).

Da votação conjunta resultou a **aprovação por unanimidade da redação constante da Proposta de Lei**, tendo sido aperfeiçoados legisticamente, também por unanimidade, os artigos 1.º e 5.º preambulares.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 15/XIV/ 2.^a SL

Adiados os pontos 7 e 10 da ordem de trabalhos, atenta a duração da reunião, os trabalhos prosseguiram com o ponto sexto, relativo à apreciação e votação dos seguintes requerimentos:

- [Requerimento](#) apresentado pela Deputada não inscrita JKM, para audiência urgente do Ministro da Administração Interna e da Diretora Nacional do Serviços de Estrangeiros e Fronteiras sobre recentes informações em torno homicídio do cidadão ucraniano Ihor Homeniuk, ocorrido no Centro de Instalação Temporária do Aeroporto de Lisboa no dia 12 de março de 2020, o qual, após apresentação e debate, foi aprovado por unanimidade, na ausência do PAN e do DURP do Chega;
- [Requerimento](#) apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para audiência urgente do Ministro da Administração Interna sobre alegadas contradições nas declarações por parte do Governo relativas à morte do cidadão ucraniano Ihor Homeniuk, ocorrida no dia 12 de março de 2020, cuja votação foi considerada prejudicada pela aprovação do requerimento anterior;
- [Requerimento](#) apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, para audiência da Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Dados para prestar esclarecimentos sobre diversas práticas, a pretexto da excecionalidade do quadro de combate à pandemia de Covid-19, suscetíveis de configurarem violações graves dos direitos de reserva dos dados pessoais, o qual, após apresentação e debate, foi aprovado por unanimidade, na ausência do PAN e do DURP do Chega;
- [Requerimento](#) apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, para audiência urgente da Ministra da Justiça sobre a presente situação da pandemia no sistema penitenciário português e, bem assim, sobre as estratégias postas em prática para lhe fazer face, cuja apreciação e votação foi adiada, a requerimento do Grupo Parlamentar do PS, com fundamento em se aguardar ainda o parecer da DGS sobre o uso de máscaras;
- [Requerimento](#) apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, para audiência da Ministra da Justiça sobre a gestão das infeções de COVID-19 em meio prisional, incluindo a questão do uso de máscaras por parte dos reclusos, cuja

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 15/XIV/ 2.ª SL

apreciação e votação foi adiada, a requerimento do Grupo Parlamentar do PS, com o mesmo fundamento;

- [Requerimento](#) apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, para audição da Procuradora-Geral da República a propósito da recente diretiva sobre os poderes hierárquicos dentro desta magistratura, o qual, após apresentação e debate, foi aprovado por unanimidade, na ausência do PAN e do DURP do Chega;
- [Requerimento](#) apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS para audição urgente do Mecanismo Nacional de Prevenção da Tortura, através da Senhora Provedora de Justiça, acerca de testemunhos de possíveis condutas atentatórias dos direitos humanos ocorridas no Centro de Instalação Temporária do Aeroporto de Lisboa, o qual, após apresentação e debate, foi aprovado por unanimidade, na ausência do PAN e do DURP do Chega.

Foi ainda apreciada a admissibilidade das seguintes petições:

- [Petição n.º 131/XIV/2.ª](#) - *Promoção da participação eleitoral, reforçando a utilização de mecanismos digitais*, que, após admissão por unanimidade dos presentes, foi apreciada, tendo sido concluída com a aprovação da nota de admissibilidade, nos termos do n.º 13 do artigo 17.º do Regime Jurídico do Exercício do Direito de Petição, tendo sido deliberado remeter aos Grupos Parlamentares, aos Deputados Únicos Representantes de Partido e às Deputadas não inscritas, para o eventual exercício de iniciativa legislativa, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 19.º do mesmo RJEDP;
- [Petição n.º 133/XIV/2.ª](#) - *Violação de princípios basilares do Estado de direito democrático*, que foi liminarmente indeferida, nos termos da alínea a) do n.º 2 artigo 12.º do Regime Jurídico de Exercício do Direito de Petição, por unanimidade, na ausência do PAN e do DURP do Chega;
- [Petição n.º 137/XIV/2.ª](#) - *Comemoração do 75.º aniversário da ONU - edificação de um monumento à fraternidade universal*, que foi admitida por unanimidade, na ausência do PAN e do DURP do Chega, tendo sido nomeado seu Relator o Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE).

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 15/XIV/ 2.ª SL

No ponto seguinte, foi adotado por unanimidade o projeto de Voto de Saudação pelo [Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres](#), apresentado pelos membros da Subcomissão para a Igualdade e não Discriminação, a apresentar à Mesa da AR para discussão e votação, como sendo da iniciativa da 1.ª Comissão, nos termos do n.º 9 do artigo 75.º do RAR.

Por fim, o Senhor Presidente anunciou que agendaria para a subsequente reunião ordinária da Comissão a apreciação e votação do projeto de regulamento, aguardando eventuais propostas de alteração até ao final da manhã de 7 de dezembro. Indicou ainda que aguardava a apresentação do plano de atividades da Subcomissão para a Reinserção Social e Assuntos Prisionais para agendar a apreciação e votação do plano de atividades da Comissão para a 2.ª sessão, tendo a respetiva Presidente, Senhora Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS), explicado que tentara obter informação mais concreta sobre as vistas a realizar e que daria seguimento à votação do plano numa reunião da Subcomissão a realizar após 9 de dezembro.

O Senhor Presidente propôs ainda a criação, que foi consensualizada, de dois grupos de trabalho para realização dos seguintes conjuntos de audições:

1. Grupo de trabalho CPAS

Requerimento apresentado pelo GP do PSD para audição do Presidente da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores sobre a alegada sujeição dos advogados requerentes do apoio extraordinário a trabalhadores em situação de desproteção económica e social à necessidade de cumprimento de um conjunto de requisitos não fixados pela Lei, bem como sobre a sustentabilidade da CPAS e o seu futuro	Apresentado em 8.10.2020 Aprovado na reunião da CACDLG de 14.10.2020
Requerimento apresentado pelo GP do PS para audição do Bastonário da Ordem dos Advogados e da Associação Nacional dos Jovens Advogados Portugueses (ANJAP) no âmbito da suspensão/ redução pela CPAS de contribuições aos seus beneficiários + Bastonário OSAE (aditado posteriormente)	Apresentado em 12.10.2020 Aprovado na reunião da CACDLG de 14.10.2020

(com possibilidade de concessão de audiência a entidades que a solicitaram: Associação Portuguesa da Advocacia em Prática Individual – APAPI-ADV; Associação Internacional de Jovens Advogados de Língua Portuguesa (AJAL). Em 25.11.2020, por e-mail, os GP do PS e

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 15/XIV/ 2.^a SL

do BE manifestaram a sua concordância com a inclusão destas duas associações em audição conjunta sobre a CPAS).

2. Grupo de trabalho PPL 62 - Determina a obrigatoriedade do uso de máscara para o acesso ou permanência nos espaços e vias públicas e a obrigatoriedade da utilização da aplicação STAYAWAY COVID:

<p>Requerimento apresentado pelo GP do PS para audição, com carácter de urgência, de um conjunto de entidades, especialistas de saúde pública e de juristas, no âmbito da discussão da Proposta de Lei n.º 62/XIV/2.^a (GOV) - Determina a obrigatoriedade do uso de máscara para o acesso ou permanência nos espaços e vias públicas e a obrigatoriedade da utilização da aplicação STAYAWAY COVID:</p> <ul style="list-style-type: none">• Comissão Nacional de Proteção de Dados - <u>Parecer escrito</u> recebido e distribuído aos membros da CACDLG• Associação D3 - Defesa dos Direitos Digitais <p>Especialistas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Prof. Doutor Vital Moreira• Prof. Doutor Jorge Reis Novais - manifestou preferência por <u>pronúncia escrita</u>• Prof. Doutor Alexandre Sousa Pinheiro• Prof. Doutor João Miranda• Prof. Doutor Pedro Simas - <u>Contributo escrito</u> recebido e distribuído aos membros da CACDLG• Prof. Doutor Filipe Froes - manifestou disponibilidade para qualquer uma das modalidades (por escrito ou presencial), <u>preferindo a presencial</u>• Prof. Doutor Henrique Barros – manifestou disponibilidade para qualquer uma das modalidades (por escrito ou presencial)	<p>Apresentado em 15.10.2020</p> <p>Aprovado na reunião da CACDLG de 20.10.2020</p> <p>(Nota: em 22-10-2020, dirigido convite aos especialistas, deixando ao seu critério a modalidade de pronúncia: presencial ou por escrito, atendendo ao calendário OE 2021)</p>
---	--

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida, será devidamente assinada.



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 15/XIV/ 2.ª SL

Palácio de São Bento, 2 de dezembro de 2020

O Presidente da Comissão

(Luís Marques Guedes)



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 15/XIV/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

André Coelho Lima
André Neves
André Ventura
António Filipe
Artur Soveral Andrade
Cláudia Santos
Elza Pais
Francisco Pereira Oliveira
Inês de Sousa Real
Isabel Alves Moreira
Isabel Rodrigues
Joacine Katar Moreira
Joana Sá Pereira
José Magalhães
José Manuel Pureza
Luís Marques Guedes
Márcia Passos
Mónica Quintela
Pedro Delgado Alves
Rita Borges Madeira
Romualda Fernandes
Sandra Cunha
Sandra Pereira
Sara Madruga da Costa
Telmo Correia
Beatriz Gomes Dias
Catarina Rocha Ferreira
Duarte Marques
Emília Cerqueira
Eurídice Pereira
Jorge Lacão
José Cancela Moura
Lina Lopes
Paulo Porto
Susana Amador

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: